

Brasil na liderança

MONICA WEINBERG

BRASÍLIA – O Brasil assumiu desde ontem, na Conferência contra o Racismo da ONU, na África do Sul, a dianteira em um dos temas mais polêmicos da pauta do encontro: o pedido de reparação internacional pela escravidão. O secretário nacional dos Direitos Humanos, Gilberto Saboya, ficou com o comando dos debates em torno do assunto, ao lado da embaixadora Arminia Mohammad, do Quênia. A opção pelo brasileiro não surpreendeu os chefes das demais delegações. Foi Saboya quem capitaneou as discussões sobre o tema na reunião preparatória para a conferência, há um mês, em Genebra.

“O Brasil não quer indenizações financeiras, como pedem os africanos, mas é favorável a um pedido formal de desculpas”, disse Saboya, de Durban, ao **Jornal do Brasil**. Não será tão fácil fazer valer a vontade brasileira, expressa no texto do relatório oficial. No documento, o Brasil defende o reconhecimento, pelo Estado, de sua responsabilidade histórica pela escravidão e diz que o antigo regime resultou em “graves violações aos direitos fundamentais da pessoa humana”. Os brasileiros agitam também a bandeira das ações afirmativas visando aos afro-descendentes.

A questão das reparações pelo antigo regime escravocrata é considerada uma das mais espinhosas em Durban. Divide os países como poucas. Algumas nações africanas brigam para que, no texto final, a escravidão apareça como um crime contra a humanidade, e para que se estampe no documento um pedido explícito

de desculpas. Ainda mais polêmica é uma sonhada compensação financeira pelo passado. Os africanos querem o perdão de suas volumosas dívidas externas, além de um acesso facilitado aos mercados nos países mais ricos e a transferência de tecnologia dos que têm mais.

Desculpas – Saboya diz que a vontade dos africanos não será atendida. “São reivindicações impossíveis de serem incluídas num texto de uma conferência”, afirma o secretário. Os vizinhos latino-americanos estão afinados com os brasileiros, mas há muitos países que fazem restrições. Os Estados Unidos, que abandonaram ontem a conferência, insistiam em que o texto final não falasse em desculpas. O medo é que isso abra uma brecha pela qual os afro-descendentes possam pleitear recompensas financeiras nos tribunais. Os europeus, que mantiveram colônias até a década de 60, aceitam rechaçar a escravidão, mas não querem a palavra colonização.

O texto final, que ficará pronto até sexta-feira, deve ser moderado, segundo a delegação brasileira. Saboya quer ver escrito no documento que o regime escravocrata, hoje, seria considerado um crime contra a humanidade. Mas o secretário nacional dos Direitos Humanos está resignado diante da dificuldade de ser mais explícito. “Provavelmente trocaremos as desculpas por lamentos”, diz. As ações afirmativas para os negros também têm chances de entrar na declaração final. Ainda que com tom ameno, a simples inclusão do tema já terá sido um avanço. Nas outras duas conferências da ONU contra o racismo, em 1978 e 1983, o assunto era tabu.